

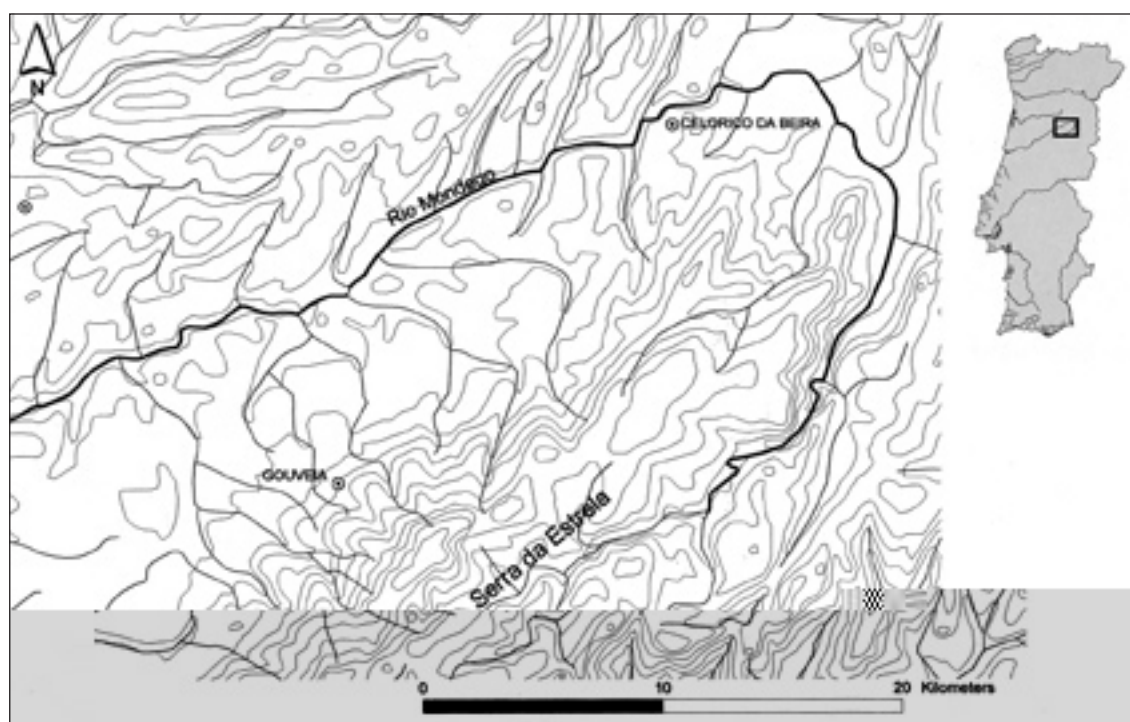
3. O território

3.1 O espaço

A região em estudo abarca um corredor de planaltos e declives, que apresenta uma largura de apenas três quilómetros em Celorico, alargando-se em direcção a Sudoeste, onde atinge os 12 km nos arredores de Seia (Daveau, 1969, p. 183). Com altitudes rondando os 500 a 1000 m este corredor encontra-se delimitado a Norte pelo Mondego e a Sul pelos contrafortes da Serra da Estrela.

A Serra da Estrela faz parte do sistema de montanhas que atravessa a Península Ibérica de ENE para OSO, que se inicia a Leste com a Sierra de Guadarrama. É, assim, um prolongamento da Cordilheira Central que separa as Mesetas do Douro e do Tejo, Castela Velha de Castela Nova (Daveau e Ribeiro, 1978, p. 263). Surge como, ainda que relativamente isolada, a parte mais oriental e mais elevada de um alinhamento montanhoso que se estende 115 km para Sul da região da Guarda e que termina com o maciço da Lousã, onde se dá o contacto do maciço montanhoso com as colinas suaves de calcário da bordadura sedimentar atlântica (Daveau, 1969, p. 36).

Inserida no Maciço Antigo Ibérico, onde predominam formas arrasadas e desniveladas por um complexo sistema de falhas, a Serra da Estrela caracteriza-se pela sua constituição predominantemente granítica, que lhe confere um relevo de cumeadas planálticas soerguidas ao longo de falhas (Ribeiro, 1998, p. 172-173).



MAPA 1 – Integração regional da área de estudo.

As elevações xistosas, que terminam aproximadamente ao longo da linha Seia/Tortozendo, não chegam a atingir, em lugar algum, os 1000 m de altitude, pelo que é aconselhável, em termos geomorfológicos, limitar a denominação de “Serra da Estrela” ao último terço do sistema, que fica a NE e que é constituído quase unicamente por granitos.

As grandes vertentes íngremes, que se elevam rapidamente acima da região xistosa, atingem quase imediatamente o cume, numa cúpula de formas suaves, a 1991 m de altitude, denominado Torre. É esta discrepância de relevos e altitudes, marcada pela diferente resistência das rochas, que coincide em grande parte com o limite entre o granito e o xisto (Lautensach, 1998, p. 150).

No ponto culminante da serra, a montanha desce para NE através de uma sucessão de planaltos em degraus alinhados com o curso superior do Mondego e acaba, à altitude de 900 m, no limite SO da peneplanície da Beira Transmontana (Lautensach, 1998, p. 150). Para Sudoeste da Torre, o alto planalto apresenta altitudes não inferiores a 1400 m, encontrando-se drenado pela rede do Alva e marcado por traços de uma glaciação do Plistocénico superior. A Sudeste, a serra caracteriza-se pelo bloco elevado e compacto das Penhas da Saúde, que se encontra isolado do planalto do alto da serra pelo vale do Alto Zêzere (Daveau, 1969, p. 40).

As duas vertentes principais da Serra da Estrela são muito diferentes. A encosta Noroeste, que domina o grande corredor da Beira Alta, apresenta-se com uma vigorosa muralha montanhosa atravessada por numerosos pequenos cursos de água, que descem a serra para desaguardem no Médio Mondego. Esta vertente, notavelmente rectilínea, apresenta inclinações moderadas, na ordem dos 11 a 17°. Contrariamente, a encosta sudeste é um bloco montanhoso abrupto, esventrado pelos vales profundos da Bacia do Zêzere, que domina a depressão da Cova da Beira (Daveau, 1969, p. 40).

O relevo da serra está profundamente marcado por uma série de falhas tectónicas. Uma das falhas que Suzanne Daveau distingue de todas as outras é a que se desenvolve, entre Unhais e Manteigas, ao longo dos vales da Ribeira de Alforfa e do Alto Zêzere. Este profundo entalhe, retocado pela glaciação, divide a montanha em dois. A Norte de Manteigas, esta falha passa junto do alto de S. Lourenço/Corredor dos Moiros e, em seguida, atravessa obliquamente o alto vale do Mondego, onde se divide em dois ramos: o mais ocidental passa junto a Folgoso; o mais oriental dirige-se para Norte de Jejua e atravessa o Mondego já junto a Celorico (Daveau, 1969, p. 49).

Não obstante funcionar como um obstáculo dificilmente transponível, marcado não só pelo seu relevo, mas também pelo seu clima muito rigoroso em determinadas fases do ano, a Serra da Estrela apresenta, porém, algumas permeabilidades permitidas pelas várias portas e corredores que a atravessam transversalmente. Aqui, os vales dos rios assumiram um papel preponderante na circulação das populações, por permitirem a penetração nestas áreas montanhosas e a circulação entre os dois lados da montanha. A geografia desta área da Beira Interior encontra-se também marcada pela existência de uma larga passagem, entre a Serra das Mesas e da Estrela. A porta da Guarda permite, ainda hoje, uma circulação fácil entre o Norte e Sul (Lautensach, 1998, p. 12).

Esta não é a única passagem importante da região. O alto planalto da Beira Alta, deitado no sopé da Serra, constitui uma das importantes “portas” da história portuguesa, esta é a passagem obrigatória para quem se desloca do interior da Meseta para o litoral ocidental, dando acesso directo a Viseu e a Coimbra.

A rede hidrográfica da serra está estruturada em dois pontos de divergência. No planalto da Torre, onde nascem quatro rios: a Este o Zêzere e o seu afluente, a Ribeira de Alforfa; e a Oeste as Ribeiras de Alvoco e a de Loriga. O Mondego e o Alva nascem no outro ponto de dispersão, situado no planalto que se estende a Oeste de Manteigas (Daveau, 1969, p. 54).

A área objecto deste estudo é incontestavelmente marcada pelo rio Mondego, que nesta região se divide em duas partes claramente distintas: a bacia de Celorico e o curso a montante desta. O primeiro grande desnível no curso do Mondego ocorre a 3 km da sua nascente; em seguida o leito do rio regulariza-se durante cerca de trinta quilómetros, para depois desenhar um grande desnível de forma convexa, que o dirige, em cerca de uma dezena de quilómetros, para a Bacia de Celorico (Daveau, 1969, p. 58). Depois da apertada curva na área de Celorico, o Mondego corre paralelo ao sopé da montanha, seguindo o rumo das falhas marginais da Cordilheira Central (Pina, 1998, p. 13). A inserção do Mondego na Bacia de Celorico efectua-se através de vales maduros, precocemente regularizados, onde a erosão linear alcançou rapidamente o nível de base e onde a erosão lateral foi também favorecida. Contudo, estas formas não se estendem a jusante, onde o rio passa encaixado numa plataforma mais elevada do que o fundo da bacia, sem que haja espaço para as rechãs que o poderiam prolongar (Ribeiro, 1998, p. 190).

No sopé da montanha, e entre esta e a Serra do Caramulo, desenvolve-se uma ampla superfície de aplanamento, inclinada para SSO, existente entre a Serra da Estrela e a Serra do Caramulo (fig. b). Esta superfície, bem identificável, embora dissecada e relativamente articulada morfológicamente, foi denominada pelos autores como “Plataforma da Beira Alta” (Teixeira et al., 1967) ou “Plataforma do Mondego” (Ferreira, 1978). A plataforma é entalhada pelos rios Dão e Mondego e pelos cursos de água seus afluentes, cuja actividade de encaixe foi responsável pela dissecção da superfície.

Deduz-se, pela análise geomorfológica, que após a actuação dos processos de aplanamento que deram origem à plataforma do Mondego, esta foi sujeita a sedimentação (que originou os cobertos arcósico-argilosos) e, sucessivamente, a um processo de entalhe da rede hidrográfica e erosão relacionada com o embutimento dos vales. O que sugere a evidência morfológica observada, é que o processo de encaixe não terá sido contínuo, mas terá agido em fases sucessivas, tal como se infere pela existência de vários patamares ao longo das vertentes da Ribeira do Boco (Angelucci, Tente e Martins, 2004, p. 473 e 475), subsidiária da Ribeira de Gouveia.

A encosta noroeste da serra é ainda percorrida por inúmeros cursos de água, alimentados pelas reservas hídricas das acumulações de neve nas áreas superiores, mais ou menos paralelos entre si, que descem a serra em direcção ao curso médio do Mondego: a Ribeira de Quessere, a Ribeira do Caldeirão, a Ribeira de Prados, a Ribeira de Mesquitela, a Ribeira de Gouveia, o Rio Torto, a Ribeira de Girabolhos e a Ribeira de Seia.

Dois grandes factores marcam a paisagem da Serra: o clima e a intervenção antrópica. A relativa proximidade com o oceano Atlântico e a ausência de barreiras intermédias, a vizinhança das latitudes caracteristicamente mediterrâneas, bem como a sua considerável altitude e relevo acidentado conferem-lhe uma grande diversidade climática (Duarte e Alves, 1989, p. 1). A altitude associada à grande massa rochosa do Maciço Central são factores que fazem da serra uma barreira de condensação das massas de ar húmido de origem atlântica, criando dessa forma um marcado gradiente vertical de temperatura (Pena e Cabral, 1989, p. 3). Por estar mais exposta aos ventos marítimos, a vertente Noroeste da Serra é ainda mais chuvosa e húmida (Pina, 1998, p. 14).

Face à altitude e consequentemente devido ao clima, a vegetação da montanha divide-se, genericamente, em três andares: o andar basal (até cerca dos 800-900 m), de acentuada influência mediterrânea; o andar intermédio (entre os 800/900 m aos 1300/1600 m) que corresponde ao domínio do carvalho negral; e o andar superior (acima de 1300/1600 m) onde domina o zimbro (Silva e Teles, 1980, p. 19).

O primeiro andar é o que está mais sujeito à antropização da paisagem; a vegetação natural, em consequência, é praticamente inexistente. No segundo andar; os desbastes, os fogos

e a pastorícia estão na origem da acentuada regressão dos carvalhais. Actualmente, este andar ainda está marcado pelas searas de centeio. No andar superior, é de supor que o pinheiro-silvestre, o videiro e o teixo tenham ocupado os patamares superiores da Serra após o recuo dos glaciares würmianos. Contudo, como resultado duma desflorestação intensa, o topo da serra encontra-se actualmente desprovido de vegetação arborescente (Silva e Teles, 1989, p. 33-34).

Os estudos polínicos realizados na Serra da Estrela dão-nos uma ideia da evolução do coberto vegetal e do clima desta montanha. O estudo de Knaap e Leeunwen no Charco da Candieira, localizado na parte central da serra, a cerca de 1400 m de altitude, e o estudo de Janssen e Woldringh, no lado setentrional da Lagoa Comprida (1600 m de altitude), mostram que durante a Alta Idade Média o processo de desflorestação era já muito intenso, comprovando, assim, que mesmo o topo da serra era, nessa época, uma zona economicamente activa (Knaap e Leeunwen, 1995).

O estudo de Knaap e Leeunwen regista, entre 1270 a.C. e 1005 d.C., uma desflorestação em larga escala. Todavia, nesta fase a floresta ainda conseguia regenerar-se, pelo que a sequência de pólen evidencia fases de desflorestação e fases de estabilidade do coberto natural, intercaladas entre si. O período que sucede a este, com cronologias que remontam a cerca de 1005 d.C. e que chega aos dias de hoje, caracteriza-se por uma forte pressão antrópica que provoca o desaparecimento da floresta e, conseqüentemente, a erosão dos solos orgânicos. Os factores de pressão antrópica estão bem identificados; os incêndios/queimadas; a pastorícia/plantação de pastos; a agricultura e as plantações de pinheiro em larga escala (Knaap e Leeunwen, 1995, p. 201-202).

As conclusões são muito semelhantes no estudo de Janssen e Woldringh; entre cerca de 940-1060 d.C., regista-se o aumento de pólen relacionados com o cultivo de cereais e a diminuição de pólen de flora arvense, tais como os carvalhos, videiros e salgueiros (Janssen e Woldringh, 1981, p. 305-306).

Tratando-se de uma área em que o granito domina, quer nas elevadas altitudes, quer nas terras baixas, os solos são de um modo geral “soltos, arenosos, fáceis de cultivar, pouco fundos e bastante permeáveis” (Figueiredo, *apud* Pina, 1998, p. 14). Devido à desflorestação e conseqüente forte erosão a que os solos foram sujeitos, os terrenos com melhor aptidão agrícola e mais profundos concentram-se fundamentalmente nas áreas baixas, no sopé dos montes e nos vales. Na montanha, a rocha de base está exposta e os solos são quase inexistentes ou muito pouco espessos (Ribeiro, 1991a, p. 992-993).

A peculiar degradação e erosão do granito modelou os “castelos de rochas”, que marcam a paisagem deste território. São conhecidos os curiosos Cabeço da Velha ou Cabeço do Urso (Teixeira et al., 1967, p. 17). Muitos destes blocos graníticos expostos à erosão tiveram uma utilização antrópica. Em alguns casos, as cavidades formadas pelo amontoado de blocos, foram utilizadas, em diversas épocas, para abrigo; é disso exemplo o Buraco da Moura de S. Romão. Noutros, o imponente tamanho dos blocos e a implantação na paisagem sugeriu a sua utilização e integração em estruturas defensivas.

3.2 O tempo

A desagregação do modo de vida romano até então conhecido agudizou-se com a chegada de Suevos, Alanos e Vândalos em 409 à Península Ibérica. Em algumas áreas, assiste-se ao regresso a locais com maiores possibilidades de defesa; as populações reocupavam antigos castros e em algumas cidades romanas erigem-se novas muralhas. A alteração do povoamento que se vinha a desenhar provavelmente desde o século III (Vieira, 2004, p. 60) parece agudizar-se com a entrada dos povos bárbaros na Península.

Após anos conturbados, marcados por lutas pelo poder, o Extremo Ocidente da Península conhece alguma estabilidade com a curta monarquia sueva, que tenta reorganizar o território que domina. Aparentemente, os Suevos não conseguem substituir a organização romana por esta estar muito arreigada, e porque era difícil substituir uma organização administrativa sólida, com os contingentes reduzidos de gente sua. Restava aceitar os diversos poderes instituídos, que estavam interessados em manter o *status quo* existente (Vieira, 2004, p. 58-59). A organização provincial perpetua-se agora através da estrutura religiosa, as divisões puramente políticas do mundo romano transformam-se em divisões de cariz essencialmente religioso. Apesar da manutenção da estrutura de ordenamento territorial provincial, uma nova circunscrição aparece² — as paróquias. Estas possuem a dupla função administrativa e religiosa. Para J. Mattoso (1998), as paróquias suevas seriam um ponto de apoio para o controle de espaços, que não teriam fronteiras estanques e cujo sucesso “da organização dependia da relação orgânica de tais centros com a respectiva área de influência, e da sede diocesana com eles” (Mattoso, 1998, p. 179). Não obstante, no curto período suevo, a sua organização paroquial terá sido bem sucedida, pois a estrutura mantém-se durante séculos, tendo muitas das paróquias sido transformadas em terras, jugados ou arcediagos.

Após 585, com a unificação peninsular sob a coroa visigótica, parece ter existido uma tentativa de “desmilitarizar a paisagem” (Barroca, 1990-1991, p. 91). Mantém-se a ruralização da sociedade, e as cidades conservam apenas as suas funções religiosas e civis, desaparecendo progressivamente as suas funções judiciais e posteriormente fiscais, num claro processo de perda da sua capacidade de controlo do território (Mattoso, 1992a).

Apesar de tudo a Península Ibérica parece ter conhecido uma relativa estabilidade entre o fim do século VI e o início do século VIII. Mas as lutas internas pelo controle do poder acabam por desencadear a entrada dos muçulmanos em 711. A conquista da quase totalidade do território peninsular em quatro anos terá sido motivada, pelo menos parcialmente, pela luta de poderes internos e pela desmilitarização da paisagem que entretanto se tinha iniciado. O território actualmente português é conquistado pessoalmente pelo governador de África e do Magreb — Musa Ibn Nusayr — e seu filho Abd al-Aziz entre 712 e 714.

A ocupação muçulmana vem, enfim, alterar toda a organização suevo-visigótica do território. O vazio de poder que se agudiza em determinadas regiões obriga a uma reestruturação essencialmente de cariz local. Todo o espaço do Douro e entre este rio e o Mondego é constantemente palco de incursões de parte a parte, criando um grande clima de instabilidade para as populações aí existentes. Estas são obrigadas a criar mecanismos de defesa, erigindo pontos de defesa passiva como os castelos roqueiros, reocupando antigos castros ou subindo para os pontos mais elevados das montanhas, onde o acesso era mais difícil.

Na segunda metade do século IX, nova viragem política ocorre. Durante o reinado de Ordonho I, o processo da conquista dos territórios sob poder muçulmano toma novo fôlego e assume uma nova motivação: a de repovoar e reorganizar o território. Das simples razias e incursões, os cristãos assumem agora um objectivo de lançar as bases para uma verdadeira dominação territorial (Bonnassie, Guichard e Gerbert, p. 193). Para os sucessos militares de Afonso III contribuíram também a crise interna sentida no mundo muçulmano, que era responsável por diversas rebeliões sentidas ao longo de toda a segunda metade do século IX. Os cristãos conseguem assim apoderar-se do Porto (868), Chaves (872) e Coimbra (878), e estabilizam a fronteira com o Islão na linha do Mondego. Após as conquistas, todo este território é palco de uma reestruturação político-administrativa que tenta disciplinar este espaço que entretanto se tinha reorganizado espontaneamente (Mattoso, 1998, p. 180). A própria capital do reino é transferida, em 914, de Oviedo para Leão. O território agora conquistado é organizado em *territoria* e *civitates*. Os *territoria* eram grandes unidades territoriais que as-

sentam *grosso modo* na antiga divisão diocesana (Barroca, 1990-1991, p. 92); as *civitates* eram divisões à frente das quais estaria um castelo controlado pelos condes ou por delegados do poder régio. No espaço do Alto Mondego vê-se emergir a *civitas* de Seia (Teixeira, 2002), que estaria integrada no *territorium* de Coimbra. O centro de poder desta *civitas* seria o castelo de Seia, no qual poderia estar integrado parte do território encaixado entre o Mondego e a Serra da Estrela. Estas novas circunscrições, de tamanhos muito variados, não tinham apenas uma função administrativa: estava-lhes adstrita igualmente uma função militar relevante, que garantia a organização da defesa do território.

Porém, após o controle político cristão de um século, os muçulmanos conseguem reconquistar novamente toda a área entre a linha do Mondego e do Douro. A fronteira recua e volta a fixar-se no vale do Douro, até meados do século XI. Terá sido em Viseu que al-Mansur concentra forças, às quais se juntam vários condes cristãos, para a investida a Santiago de Compostela em 997 (Marques, 2000). Apesar de os ataques muçulmanos terem atingido áreas bem a norte do Douro, a linha de fronteira volta a estabelecer-se neste rio. Todo o espaço recém-reconquistado é novamente palco de incursões cristãs mais ou menos violentas. O próprio rei asturo-leonês Afonso V acaba por morrer num cerco a Viseu em 1028.

A ocupação muçulmana da área Noroeste da Serra da Estrela não deixou muitas marcas, mas ainda hoje é possível identificar alguns topónimos que atestam a presença do linguajar árabe nestas terras: *Soida* e *Ramela* no actual concelho da Guarda (Gomes, 1987, p. 21), *Arrifana*, *Mangide* e *Falifa* em Pinhel; *Atafona* e *Falifa* em Trancoso (Barroca, 2000, p. 218), *Mesquitela* em Celorico; *Alfatima* em Gouveia e *Atalaia e Mourela* em Celorico e Gouveia.

Com o fraccionamento do califado em pequenos reinos ou taifas, toda a antiga Lusitânia romana fica integrada na taifa de Badajoz. As constantes lutas entre estes permite criar as condições para a nova e definitiva conquista cristã dos territórios entre o Douro e o Mondego, empreendida por Fernando Magno. O rei asturo-leonês consegue assim apoderar-se de toda a linha que defendia a via colimbriana, conquistando, entre 1055 e 1057, Gouveia e Seia³, Viseu, S. Martinho de Mouros e finalmente Coimbra em 1064. Aparentemente, nem todas as conquistas de Fernando Magno terão sido efectuadas pela força. Segundo Dom Rodrigo de Toledo, “o rei de Leão e Castela tomou Seia por meio de um acordo, segundo o qual os seus habitantes permanecem no lugar e se tornam súbditos, mediante pagamento de tributo” (Mattoso, 1997, p. 14, 15). É por isso provável que os castelos que estariam integrados na *civitas* de Seia tivessem sido tomados da mesma forma. Poderiam estar incluídos no território de Seia os castelos de Gouveia, Folgoso e talvez mesmo Celorico e Linhares.

Após as conquistas de Fernando Magno, as antigas *civitates* são substituídas progressivamente pelas Terras, marcando a ascensão dos poderosos locais e a decadência das antigas famílias condais. As Terras representam uma nova organização administrativa e militar de menor dimensão, capitaneadas por um castelo cabeça de terra, que organizava a defesa do seu território coadjuvado por outros castelos secundários e atalaias. Alguns centros das antigas *civitates* conseguem emergir a cabeças-de-terra, mas outros entram em decadência e acabam por ser abandonados e integrados no território das recém-formadas Terras. No espaço entalado entre o rio Mondego e a vertente da Serra da Estrela, a antiga *civitas* de Seia transforma-se na Terra de Seia (Merea e Girão, 1944), na qual deveria estar integrado pelo menos parte do território alvo deste estudo. A Terra de Seia (Merea e Girão, 1944) devia fazer fronteira a norte com a Terra de Zurara (Marques, 2001) e com a Terra da Senhorim (Beirante, 1993, p. 270-271); a linha de fronteira deveria ser estabelecida pelo rio Mondego.

Esta alteração na organização espacial anda a par da decadência das famílias condais e emergência do poder dos infanções, que passam a exercer as funções judiciais, militares e fiscais na Terra que controlam, com um poder directamente emanado do rei (Mattoso, 1985,

p. 244-245). Ainda que este processo seja mais bem conhecido nas áreas mais litorais (Barroca, 2000, p. 219), é provável que a área mais interior do futuro território português não estivesse imune a este processo.

Mas se a organização e o poder do novo território cristão estava estabelecido, o mesmo não sucede entre comunidades vizinhas já que a guerra privada não só era permitida como certamente deveria ser uma realidade bem presente. É neste contexto que A. Borges Coelho menciona a seguinte disposição “*todo aquele que matar outro e puder fugir, regresse nove dias depois sem coima e acautele-se do seu inimigo*” (apud Coelho, 1986). As populações serranas, a par da pecuária e, principalmente da pastorícia, teriam na pilhagem uma outra fonte de rendimento. Os habitantes da Encosta Noroeste da Serra da Estrela deveriam ser, à semelhança de tantos outros homens e mulheres destes tempos conturbados, pilhadores e pilhados. É sintomático que nos forais atribuídos por Fernando Magno na região duriense (Ansiães, Penela, Linhares, S. João da Pesqueira e Paredes), apesar de o roubo entre vizinhos ser severamente punido, o roubo no exterior é considerado legal e constitui uma das receitas dos moradores e do próprio rei (através do quinto do saque), “os moradores são obrigados a ir em apelido (guerra) de mouros até poder e de cristãos até regressar no mesmo dia?” (Coelho, 1986, p. 79).

No saque as pessoas seriam um dos mais valiosos produtos da pilhagem, na conquista de Talavera, Fernando Magno terá arrebanhado cerca de sete mil cativos que distribuiu pelos seus soldados. Situação semelhante terá ocorrido, segundo Borges Coelho, com defensores de Seia⁴ e de Viseu quando este monarca se apodera dos seus castelos. O próprio D. Afonso Henriques, só depois da censura do prior de Santa Cruz, terá libertado mais de mil prisioneiros moçárabes pilhados numa razia (Coelho, 1986, p. 31).

No início do século XII, toda a linha estabelecida pelo rio Mondego era considerada uma estremadura, a fronteira do condado de Portucale. Esta fronteira está bastante clara no foral D. Henrique e D. Teresa outorgam a Tavares em 1112⁵. É na encosta Noroeste da Serra da Estrela, que foi terra de estremadura durante mais de três séculos, que confluem os dois grandes sistemas de defesa da Beira: o da Beira Transmontana, que protegia a linha leste do território e o que defendia a estrada colimbriana e que dava acesso a Coimbra e ao litoral (Riley, 1991, p. 152). Apesar do avanço das conquistas cristãs para sul, esta continuava a ser uma zona de fronteira, a testá-lo está o facto de nos forais Gouveia, Folgoso e Linhares, já nos fins do século XII, estar previsto que 1/3 dos cavaleiros vilãos fossem em fossado, enquanto que 2/3⁶ ficariam para garantia da defesa da vila. Tal como aponta M. Barroca, esta é uma característica comum aos forais desta época entre o rio Douro e Valhelhas (Barroca, 2000, p. 219)⁷, precisamente as vilas que estão na fronteira Leste do condado de Portucale e posteriormente do reino de Portugal.

É num contexto de grande instabilidade em que se assiste a constantes lutas pelo poder dos reinos de Leão e Castela, após a morte de Afonso VI, e aos conflitos entre os Condes Galegos e as pretensões dos Condes de Portucale, que se dá a ascensão e posterior independência de D. Afonso Henriques e do reino de Portucale.

Após a morte de Sancho III de Leão, Fernando II de Castela empreende novos ataques ao recente reino português e por seu lado D. Afonso Henriques disputava as suas pretensões na área do Ribacôa. Em 1161, Cidade Rodrigo é provavelmente restaurada por Fernando II para aí ser um ponto de apoio da sua autoridade nessa região (Mattoso, 1993, p. 87). É no quadro da disputa pelo controle do espaço com Castela, que D. Afonso Henriques dá diversas cartas de foral nas regiões de fronteira do seu reino, tentando assim ligar a si as respectivas populações. Consegue, aliás, estender o seu poder até Salamanca em 1163 (Mattoso, 1993, p. 87). Embora fossem constantes os confrontos com Fernando II, este parecia estar mais interessado em recuperar o reino de Castela e em defender-se dos ataques dos recém-chegados

Almóadas, que entraram na Península Ibérica na sequência da revolta dos muridines contra a Dinastia dos Almorávidas (Coelho, 1989). Cidade Rodrigo chega mesmo a ser cercada em 1174 e várias posições são tomadas na Via da Prata (Mattoso, 1993, p. 89-91). Estes factores beneficiaram a consolidação da independência do antigo condado de Portucale, bem como a expansão territorial do mesmo. É provável que os ataques almóadas na região de Cidade Rodrigo tenha acarretado grande instabilidade para as populações da encosta noroeste da Serra da Estrela, uma vez que esta área está ligada directamente com aquela região, através da “Estrada da Beira”.

A D. Afonso Henriques deve-se mais de 30 cartas de foral e algumas confirmações. Adensou assim a malha concelhia protectora de Coimbra na zona sul e, na área do interior da Beira, nomeadamente Seia (1136), Linhares (1169), Celorico (1157-69) e mais no extremo oriental, Trancoso, Moreira, Aguiar da Beira e Marialva (Coelho et al., 1986, p. 575).

Com a morte de D. Afonso Henriques, em 1185, a política expansiva e a reorganização interna não sofreu alterações, tendo D. Sancho I continuado a outorgar diversas cartas de foral às regiões de fronteira. A sua acção mostra a ideia que o rei possuía relativamente às vantagens que a trama concelhia oferecia na persecução dos objectivos do seu programa político-colonizador. Privilegia as áreas de fronteira de Trás-os-Montes e do entre Douro e Tejo, outorgando cartas de foral ao longo das margens esquerda e direita do rio Mondego, ao longo da fronteira oriental e ao longo do eixo do Tejo (Coelho et al., 1996, p. 575-576). Na encosta Noroeste da Serra da Estrela, o rei português atribui em 1186 carta de foral a Gouveia e em 1187 a Folgosinho. O reforço da malha de concelhos na área nesta época precisa deverá também ser entendida não só como uma resposta às incursões muçulmanas oriundas de Cáceres e Badajoz a esta região (Mattoso, 1993, p. 93) mas também a eventuais ataques leoneses⁸.

Anos difíceis se seguiriam. As fortes ofensivas almóadas, o reacendimento das querelas com Leão e uma sucessão de calamidades meteorológicas, nas duas últimas décadas do século XII e nos primeiros anos da centúria seguinte, provocaram fomes⁹, pestes¹⁰ e convulsões sociais a que não devem ter passado incólumes as gentes da encosta noroeste da Serra da Estrela. É na transição entre estas centúrias que termina o objecto temporal deste trabalho.